

POSTEIRO

Informativo da Assessoria de Comunicação Social do
Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas



Comemorativo CEFET-RS 65 anos



A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Para contar essa história (que nos tange das mais belas emoções), é imperioso falar nas Corporações de Ofícios; associações profissionais que marcaram a vida da Europa durante a Idade Média. As “corporações” reuniam artesãos que, à época, foram os precursores da industrialização – ainda que em ofícios insipientes: fundidores, tamoeiros, marceneiros, funileiros, alfaiates, tecelões, dentre outros. Criaram, então, 03 (três) níveis de formação: mestres, oficiais e aprendizes. O objetivo precípua dessas legítimas “entidades de classe” era o de transmitir conhecimentos com fundamentação teórico-prática aos jovens de camadas sociais mais pobres, os quais tinham pendores pela arte das mãos.



Luiz Simões Lopes

Além desta preocupação com o “saber fazer”, as ditas Corporações de Ofícios, preocupavam-se com outros aspectos pertinentes; tais como o preço, a qualidade, a divulgação o associativismo, além da dignidade, da religiosidade e dos vínculos políticos dos artesãos às estruturas dominantes.

O tempo de estudos para tornar-se um exímio artesão, era, em média, de 7 (sete) anos, ingressando nas improvisadas oficinas, a partir dos 15 anos – mediante lavratura de um documento oficial celebrado entre o mestre e os pais e/ou responsável pelo aprendiz. Tal vínculo era levado muito a sério pela sociedade, tendo, sempre, por tradição, o aval de um religioso, em especial cerimônia (missa, culto, etc.), pois o trabalho era tido como uma concessão divina – privilégio de poucos.

Essas escolas funcionavam na própria casa do mestre, assegurando aos iniciantes, hospedagem, alimentação, vestuário, convívio familiar e exemplos de honradez. O aprendiz assumia, assim, uma nova vida, ainda com a tarefa de ir à igreja, aceitar bons conselhos e (se fosse o caso) submeter-se a castigos físicos, quando houvesse faltas graves. A tudo isso, os pais

recompensavam com uma anuidade (em moeda) ou troca (por gêneros alimentícios). As turmas eram pequenas para garantir melhor aprendizagem e não explorar a mão-de-obra gratuita, pois mediavam com os trabalhadores, os méritos da produção.

Ao concluir sua formação, o aprendiz tornava-se “oficial”, sendo obrigado a deixar aquela família e procurar por outro mestre (com técnicas e processos mais evoluídos). Geralmente, já com maioridade, viajava por outras cidades, regiões e países, buscando o aprimoramento para o seu futuro, na área em que era especialista. Quando se considerava apto para o título de “mestre”, solicitava um exame ao chefe de sua Corporação de Ofícios; sendo submetido a provas teóricas, práticas e de conduta moral. No caso de aprovação, era guindado a “mestre” – com direitos, salários e prestígio ao nível dos demais.

As corporações de ofícios começaram a declinar a partir da segunda metade do Século XVIII quando, na Inglaterra, foi descoberta a máquina (1789), por James Watt. Travou-se, então, uma luta de poder entre a burguesia comercial (que ambicionava expandir a

produção) e os artistas, os quais – com justa razão – defendiam a oficina de suas hábeis mãos. Mas a força do progresso sobrepujou tais profissionais, a ponto de serem extintas essas escolas, cujos frutos todos reconheciam.

O Brasil, do descobrimento (1500), à independência (1882), calçou sua economia na agricultura, com vistas a suprir os interesses da coroa imperial. Assim, pau-brasil, cana-de-açúcar e café constituíam-se no “maior trabalho” dos nossos ascendentes: nativos, índios e escravos. Num outro momento, surgiu o extrativismo mineral (ouro e pedras preciosas), também feito sem mão-de-obra especializada.

Nosso país começou a ganhar foros de respeito a partir de 1808, com a chegada da Família Real, quando D. João VI aqui aportou com mais de 15.000 pessoas para investirem em suas respectivas áreas de atuação. O nosso primeiro esboço de educação profissional ocorreu em 1909 com a criação dos “Colégios das fábricas”, denominados de “patronatos”, destinados a meninos órfãos, pobres e desvalidos da sorte. Essas primitivas escolas, contrastavam com a mentalidade elitista da burguesia dominante, onde imperava o bacharelismo – voltado à preparação academicista de “doutor”. Eram dados, assim, os primeiros passos desta árdua caminhada.

A primeira lei nacional sobre educação foi em 1926. Ela instituiu o estudo de geometria (matemática), mecânica (física), agrimensura e desenho para os

meninos e prática de costura e de bordado para as meninas. Já próximo à República (1889), foram criados no país diversos asilos para menores, com especial ênfase à prática de ofícios técnicos. Um dos grandes marcos para a valorização do trabalho oficial entre nós, foi a criação dos Arsenais da Marinha (Pará, Rio de Janeiro e Bahia). Para tanto a mão-de-obra foi preparada junto aos próprios terminais, EM especialidades correlatas: carpinteiros, ferreiros, soldados, funileiros, tecelões, pintores, entre outras.

Com o advento da República, em nosso país passou a reinar o café, em todos os seus estágios: plantio, industrialização e exportação. Surgiram, então, as indústrias de tecelagem para o devido acondicionamento em sacos. Brotavam – aqui e ali – as oficinas de manutenção de fundo de quintal, onde era preparada a mão-de-obra qualificada e assimilados os progressos tecnológicos – com selo europeu. Geradores, motores, eixos, polias, engrenagens, volantes, sistemas de transmissão de movimentos, enfim, um novo vocabulário para um povo acostumado com o valor da mente; jamais com valor das mãos.

O período que antecedeu à Primeira Guerra Mundial teve reflexos em nosso país, pois muitos produtos estrangeiros escassearam no comércio, forçando-nos a um auto-abastecimento. A industrialização era inevitável. O Brasil precisava sistematizar a educação voltada para o horizonte do trabalho, acabando de vez com a qualificação “feita a martelo”



quintais e remanescentes artesãos: transmissores do saber científico.

A luz de um novo tempo de prosperidade fulgurou no dia 23 de setembro de 1909, quando o então Presidente Nilo Procópio Peçanha – através da Lei n.º 7566 – criou em todas as capitais (eram dezenove), as Escolas de Aprendizes e Artífices, mais tarde transformadas nos Liceus de Artes e Ofícios, que a evolução transformou nas Escolas Técnicas Federais – hoje Centros Federais de Educação Tecnológica e Universidades Federais Tecnológicas. Nossa “nova marca” chamar-se-á Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia; contudo, com a mesma gênese do seu precursor o qual se immortalizou com a frase: “O Brasil de hoje sai das academias; o de amanhã sairá das oficinas”.

Segundo a história, Nilo Peçanha sofreu na própria carne os açoites de uma sociedade burguesa, pois, natural da cidade de Campos dos Goitacazes/RJ, enfrentou todas as adversidades; sendo, de início, “cortador-de-cana”. Fez dos estudos os umbrais de sua ascensão. Com a morte de Afonso Pena, esse visionário político, que recém voltara de uma viagem à Europa, profundamente motivado com o que vira em termos de educação de ofícios, não exitou em dar esta nova feição ao país – com escolas públicas (assistenciais e gratuitas), para quem jamais empunharia as ferramentas do trabalho.

Os primeiros passos dessas escolas foram vistos com parcimônia pela sociedade – herdeira da tradição humanística que imperava em Portugal. Pela procedência sócio-cultural dos alunos, eram tidas como reformatórios, para os desajustados, órfãos e conceitos pejorativos de igual cunho. O rol dos ofícios dependia das peculiaridades regionais. Onde a economia era incipiente, predominavam cursos de alfaiataria, sapataria, encadernação, tipografia, funilaria, marcenaria, modelação, etc. Nas outras regiões mais desenvolvidas, a preparação voltava-se aos cursos de tornearia mecânica, fundição, serralheria, eletricidade, bobinagem, etc. O tempo deu a melhor resposta aos céticos, quando os reflexos começaram a ser projetados na tela da sociologia brasileira, com egressos bem qualificados, humanística e tecnicamente; além da crescente valorização junto ao promissor mercado de trabalho que florescia.

A educação profissional no Brasil ganhou sua maioria com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (4.037 de 30/01/1943). O ensino industrial passou a ter dois ciclos: o industrial básico – em 4 anos e o técnico – em 3 anos; equiparando-se, a partir daí, às escolas de ensino propedêutico; herança legada pelos jesuítas.

Mas a grande consagração das escolas técnicas, ocorreu após o fim da Segunda Guerra Mundial. O Brasil (até então dependente da Europa em muitos campos): eletricidade, petróleo, cimento, adubo, ferro, remédios, máquinas e ferramentas, teve de da noite para o dia, investir na busca de soluções imediatas. Começamos, como num passe de magia, a “descobrir tudo”, graças à riqueza do nosso solo. Empresas como a PETROBRAS, a ELETROBRAS, a SIDERBRAS (e outras congêneres), começaram a desenhar um novo mapa verde-amarelo. No ápice desta pirâmide evolutiva, estava o homem-agente e artífice do progresso. As escolas técnicas ganharam um novo impulso com a implantação de habilitações condizentes com o emergente mercado de trabalho. A geografia do Brasil passou a ter a nova figura do “técnico industrial”, em cursos como mecânica, eletrônica, edificações, química, telecomunicações, gemologia, saneamento, siderurgia... Daí em diante foi impossível frear o crescimento da educação profissional. O “status quo” veio em 1959, através da Lei n.º 3552, com a autonomia didática, administrativa e financeira das escolas técnicas federais. Como “autar-

quias”, as ETFs alargaram os seus horizontes, sempre buscando a integração com o meio empresarial: sua razão de ser.

Mas as ETFs, sempre responderam ao clamor empresarial quando a exigência era a qualificação tecnológica. Na segunda metade do Século XX, o mundo penetrou numa outra revolução: a do saber. Neologismos como robótica, cibernética, automação e informatização passaram a compor o dicionário das escolas profissionalizantes. Novas habilitações foram implantadas e o ensino de ofícios ocupou, definitivamente, o seu lugar no rol das ocupações. A imposição exigiu a permanente atualização e modernização curricular, com a implantação de cursos voltados à demanda de recursos humanos. A transformação das ETFs em CEFETs selou esta “marca registrada”. Logo veio o plano de expansão das mesmas, com as ramificações em UNEDs.

Hoje falar em educação profissional no Brasil é penetrar no fértil campo dos sentimentos, onde ainda fulgura o espírito empreendedor de Nilo Peçanha, cognominado o “Pai do ensino industrial”.

Gilfredo Renck
Professor do CEFET-RS

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas integra uma das maiores redes de educação pública profissional brasileira, cujo maior patrimônio é seus servidores e estudantes.

Com unidades em Pelotas, Sapucaia do Sul, Charqueadas e Passo Fundo, bem como a implantação em 2009 das unidades de Bagé, Camaquã e Venâncio Aires; o CEFET-RS completará um ciclo de expansão que se orienta em uma política de educação transformadora, incluyente, pautada na qualidade e que, desta forma, agregada com valores de ética e cidadania, proporciona meios para transformar a sociedade, o desenvolvimento de nosso país e uma melhor qualidade de vida para todos nós. Assim, nesta data, é mister que tenhamos tanto muito orgulho de nossa Instituição como a idéia de que preservar a sua memória, é preservar a história de todos nós.



Antônio Carlos Barum Brod
Diretor Geral do CEFET-RS



CEFET-RS **Unidade de Ensino Pelotas**

O CEFET, nestes 65 anos, tem contribuído através da qualificação profissional, com o Rio Grande do Sul e com o Brasil. Porém, é hora de vislumbrar novos horizontes, aproveitar o momento em que sul do Rio Grande do Sul passa por intenso processo de desenvolvimento com projetos de investimentos significativos em nossa região. O CEFET tem muito mais a contribuir, por isso devemos adequar nossos cursos e currículos a este cenário novo, através da interação constante com o mercado de trabalho futuro, que permita aos alunos participarem deste desenvolvimento, através da contribuição qualificada de sua formação técnica e tecnológica. Temos uma trajetória histórica e vitoriosa, e nesse momento de comemoração, precisamos valorizar as pessoas que deram sua contribuição no passado e as que estão fazendo a história recente. Estas pessoas somos todos nós, comunidade discente, docente e administrativa, que graças a um trabalho conjunto, diário e comprometido deixa sua marca de participação no processo de vida desta Instituição. Isto é motivo orgulho para todos nós, mas é pouco em comparação com o que temos, ainda, a oferecer. Rumamos ao futuro, com atitudes de constante aprendizagem.



Gisela Loureiro Duarte
Diretora da Unidade de Ensino de Pelotas



CEFET-RS Unidade de Ensino Sapucaia do Sul

A Unidade de Ensino de Sapucaia do Sul, segunda Unidade do CEFET-RS, atua desde 1996 engajada no intuito de formar profissionais altamente qualificados para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, orgulhando-se em servir à comunidade sapucaense e região do Vale do Rio dos Sinos ao lhes ministrar cursos que visem à preparação e capacitação de pessoal segundo as principais demandas locais. Aliando humanismo e tecnologia, o educandário propicia uma educação plena de valores e saberes, o que é latente entre os mais de 1000 alunos matriculados em seus sete cursos (graduações tecnológicas e técnicos de nível médio), consolidando em suas ações o ideal “educação para a vida, profissionais para o mundo”.



Carlos Alberto Schuch Bork

Diretor da Unidade de Ensino de Sapucaia do Sul



CEFET-RS

Unidade de Ensino Charqueadas



É muito bom vivermos esse momento significativo para a nossa instituição, o CEFET-RS, que ao longo desses 65 anos completados nesta data, tem sido referência na Educação Profissional e Tecnológica do país, graças à ação de muitas pessoas que não mediram e não medem esforços para essa concretude. Inúmeros, foram e são, permanentemente, os desafios enfrentados e que, felizmente, muitos deles, tem sido vencidos. Como parte dessa bela história, a Unidade de Ensino de Charqueadas, que completou dois anos, no último mês de setembro, tem buscado construir um processo educativo que valorize seus profissionais, alunos e familiares, como co-responsáveis pela missão de nosso CEFET-RS, agindo como uma escola que possibilite a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico, ampliando possibilidades de inclusão e de desenvolvimento social. Essa tarefa é complexa, exige de todos nós muito comprometimento e a construção coletiva de uma gestão escolar que priorize processos de formação permanente, capazes de trazer benefícios para o enfrentamento das demandas advindas da sociedade e do mundo do trabalho contemporâneo. Feliz aniversário CEFET-RS, parabéns a todos nós!



José Luiz Lopes Itturriet
Diretor da Unidade de Ensino de Charqueadas

CEFET-RS Unidade de Ensino Passo Fundo

É com muito orgulho que a Unidade de Ensino de Passo Fundo vem parabenizar o CEFET-RS pelos seus 65 anos de história. Todos estes anos de experiência, trouxeram comprometimento e reconhecida competência com a Educação Profissional, não só para as regiões de sua abrangência, mas também como para outras regiões deste imenso Brasil, credenciando-o como um centro de referência.

Temos a certeza de que a Unidade de Ensino de Passo Fundo, trilhando o mesmo caminho do CEFET-RS, na busca por um desenvolvimento sustentável, prepara jovens críticos, responsáveis e empreendedores.

Assim sendo, desejamos para a grande família cefetiana, sinceros votos de sucesso contínuo, de crescimento constante e de qualidade de ensino cada vez mais reconhecido.



Luís Afonso Alves da Fonseca
Diretor da Unidade de Ensino de Passo Fundo



ESCOLA: 65 ANOS!

Sou hoje, com justificado orgulho, o professor há mais tempo em atividade contínua nesta instituição. Lá se vão 41 anos... Este tempo transparece ainda maior porque, paralelo à ação educativa, exerci funções administrativas (com diversos diretores), na interface escola-empresa; inclusive representando o MEC/BR em projetos de extensão internacionais: a exemplo de Itaipu Binacional. Daqueles “bons tempos”, guardo as mais ternas recordações, principalmente de um componente humano – a amizade!

Mas esta singela crônica, gostaria de pintá-la com as cores do coração, realçando “O papel social da Escola nos seus 65 anos”. Todos sabemos que existem diversas escalas: linear, quadrática, logarítmica, exponencial, etc. mas, nenhuma delas é capaz de medir a verdadeira grandeza da legendária ETP perante a tabela sentimental das sucessivas gerações dos seus lídimos filhos: os ex-alunos. Os pseudos doutos em educação teimam em impor-lhe neologismos: ETFP, ETFPEL, CEFET-RS e, muito em breve, IFET-Sul Riograndense. Mas, indistintamente, não muito agradáveis (em sonoridade), se comparados aquelas três letras, as quais aprenderam a “amar” em gênero, número e grau.

É sob esta ótica que enfatizo quão difícil torna-se mensurá-la, pois o seu papel social, extrapolou a todos os limites da gratidão; senão vejamos: quando iniciou as atividades, em 1945, a ETF (pelo caráter assistencialista das primitivas Escolas de Aprendizagem e Artífices), era vista de soslaio pela alta sociedade pelotense, a qual aspirava para os seus filhos os tradicionais “Ginásios” – com educação

propedêutica pura, visando aos umbrais universitários que os levaria ao “status quo”; tão valorizado pela elite dominante. Portanto, ter um filho nessa “nova escola” era, pelo menos, depreciar os valores do elitismo: herança dos vínculos à Europa. A ETP era boa mas, para os filhos dos outros.

Pois foi com este conceito depreciativo que a Escola venceu as primeiras adversidades conceituais. Vista com tantas restrições em sua própria terra, a ETP foi um “verdadeiro achado” para os municípios vizinhos: Pinheiro Machado, Herval, Pedro Osório, Cacequi, Jaguarão, Canguçu, Piratini, Bagé, Rio Grande, São Lourenço e outros, os quais, à época, não sabiam o que fazer com os filhos dos seus munícipes ao terminarem o “Curso Primário”. A Escola, ao oferecer hospedagem, alimentação, material escolar, assistência médico-odontológica e todo um respaldo esportivo, cultural e de socialização, parecia ter sido uma “bênção divina”. Contudo, para aqueles adolescentes (na faixa dos 12 aos 15 anos), estava reservado um outro prêmio: a conquista de um ofício. Para alguns alunos, é bem verdade, a opção pela ETP tinha um estigma corretivo, diante do regido regime disciplinar, com suspensões, safanões, tabefes e, o pior: os chás-de-banco.

Porém, aos poucos, a Escola começou a entregar à sociedade as primeiras turmas de “artífices”: marceneiros, tipógrafos, alfaiates, sapateiros, fundidores, modeladores, mecânicos de automóveis, torneiros, etc. Esses neo-profissionais (desconhecidos em nosso meio), já beirando a maioria, invariavelmente abraçavam-se às profissões, não raro como

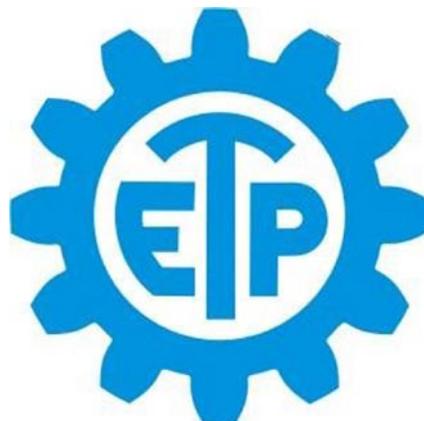
autônomos. Era a melhor vitrina para expor quem eram; o que faziam; como faziam; com todo o aporte que a dignificação do trabalho impõe. E o cenário, felizmente, começava a mudar, com a crescente valorização funcional dos “etepeanos”. Todo um fenômeno sócio-cultural passou a ser visualizado pelos descrentes da educação técnica, até mesmo por decorrência de um processo nacional de modernização pós-guerra.

Já na década de 1950 a ETP deu um salto vitorioso, ao conquistar os chamados “Cursos Técnicos”. Com eles, além dos alunos poderem continuar os estudos na própria instituição (após a conclusão do Ginásio Industrial), esta nova conquista educacional equiparava-nos, sob o enfoque de cultural geral, aos cursos ditos normal, clássico, científico, ...

A essa altura, “ser aluno da Escola” era um verdadeiro orgulho, uma vez que o valor e a dignidade do labor sobrepunham-se a todas as conceituações dantes preconceituosas. O Brasil entrava no rol dos países industrializados e os cursos técnicos constituíram-se na melhor resposta ao clamor da tecnologia. Ao curso de Mecânica (decorrente da indústria automobilística), seguiram-se: Eletrotécnica (por força da criação da Eletrobrás), Eletrônica (Telebrás), Edificações (Banco Nacional da Habitação), Química (Terceiro Pólo Petroquímico do Sul) e os demais todos frutos da crescente demanda de mão-de-obra especializada.

Neste belo cenário histórico, fulgura o pujante CEFET-RS; um verdadeiro marco na educação brasileira. A data ora festejada é, sobre todos os prismas, um instante de meditação (e de reflexão), sobre o seu papel social, ao “Transformar vidas” aliando o humanismo à tecnologia; “slogan” que divulga con dignamente a efeméride.

Gilfredo Renck
Professor do CEFET-RS



Você Conhece?

HINO DA INSTITUIÇÃO

Música: Professora Enilda Maurell Feistauer

Letra: Diogo de Oliveira

Somos nós o alicerce da Pátria
Mocidade incansável audaz,
Que trabalha com fé no futuro
Sempre Unida na guerra e na paz

Estrilho

Companheiros, avante sigamos
Com imenso entusiasmo viril.
Tremulando no espaço nos chama
A bandeira do amado Brasil.

Por um mundo melhor para todos
Nós estamos na escola a lutar
Pois, em muito auxilia o progresso
Quem com alma e constância estudar.

Não tememos fracasso, derrota
A cantar, vamos tudo vencer
De trabalho, firmeza e cultura
Nossa escola modelo há de ser.



Foto: Suzana Tust

POSTEIRO É UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS CEFET-RS

DIRETOR GERAL: ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

VICE-DIRETORA GERAL: JANETE OTTE

CHEFE DE GABINETE: BERENICE MATTOS DA SILVA (COORDENADORA GERAL)

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: SUZANA TUST

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL: BRUNA M. DE BARROS SEPANIAC

(BRUNASEPANIAC@BOL.COM.BR)

IMPRESSÃO E MONTAGEM: GRÁFICA DO CEFET-RS